

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.461.819 - RJ (2019/0061653-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **SILVIO RENATO MEDEIROS**  
**AGRAVANTE** : **ALEXANDRE MENDES RODRIGUES**  
**AGRAVANTE** : **RENATO DA MOTA RIBEIRO**  
**ADVOGADO** : **JOSÉ GUILHERME S. PEREIRA - RJ111099**  
**AGRAVADO** : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADO** : **GERSON DE CARVALHO FRAGOZO E OUTRO(S) - RJ106445**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por SILVIO RENATO MEDEIROS E OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal. O apelo nobre insurge-se contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região assim ementado:

*"SFH. CDC. SACRE. TR. AMORTIZAÇÃO. TAXAS OPERACIONAIS. SEGURO.*

*1. Em que pese a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos mútuos habitacionais, não é possível concluir, que, por se cuidar de contrato de adesão, as suas cláusulas são, automaticamente, leoninas.*

*2. O contrato prevê o Sistema de Amortização Crescente - SACRE, sendo inadmissível o pedidos de substituição pelo sistema Hamburguês observância. Além disso, o SARE não implica em anatocismo e possibilita o pagamento de parcelas de amortização cada vez maiores ao longo do tempo, o que permite mais rapidez na amortização do saldo devedor e, conseqüentemente, menor montante de juros pagos sobre o financiamento, garantido a liquidação do contrato ao final do prazo contratual.*

*3. Não há óbice à aplicação da TR para reajuste mensal do saldo devedor, mais ainda quando se trata de contrato firmado após a Lei nº 8.177/91, em razão de expressa previsão contratual de incidência dos índices de correção aplicáveis aos depósitos de FGTS.*

*4. 'Nos contratos vinculados ao SFH, a atualização do saldo devedor antecede sua amortização pelo pagamento da prestação' (Súmula nº 450 do STJ).*

*5. Tampouco se mostra ilegal a cobrança de taxas operacionais pelo agente financeiro, uma vez que a empresa pública atuou ao amparo de norma aplicável por disposição expressa do contrato.*

*6. Com relação ao seguro, o entendimento predominante do Colendo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de ser necessária a contratação do seguro habitacional, constituindo condição de validade do contrato de mútuo (2º Seção, REsp nº 969.129/MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 15.12.2009 e Resp 804.202/MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 03.09.2008). Para que reste configurada irregularidade na conduta da CEF, não basta que se comprove que o mutuário foi obrigado a contratar com a instituição financeira mutuante ou com seguradora por ela indicada, também deve restar demonstrado que o valor cobrado em*

# Superior Tribunal de Justiça

*comparação aos preços praticados no mercado pelas outras seguradoras é excessivo, o que não ocorreu no caso.*

7. Honorários recursais majorados para 11% .

8. *Apelação desprovida*"(fl. 847 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 857-865 e-STJ).

No especial, os recorrentes alegam violação dos arts. 4º do Decreto-Lei nº 22.626/1933, 122 e 489 do Código Civil e 6º, "c", da Lei nº 4.380/1964. Sustentam, em síntese, a nulidade da cláusula referente ao sistema de amortização, SACRE, e a ilegalidade da cobrança da taxa de administração.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 806-809 e-STJ).

No especial, além da divergência jurisprudencial, o recorrente alega violação dos arts. 286, III, do Código de Processo Civil de 1973 e 324, II, do Código de Processo Civil de 2015. Sustenta, em síntese, a possibilidade de formular pedido genérico nos casos de lucros cessantes, quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou do fato ilícito.

Contrarrazões às fls. 889-910 (e-STJ), e não admitido o recurso na origem, adveio o presente agravo.

É o relatório.

## **DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

De início, o conteúdo normativo dos arts. 122 e 489 do Código Civil não foi objeto de debate no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos declaratórios, não havendo falar, assim, sequer no implícito prequestionamento das questões federais por eles disciplinadas.

Desatendido, portanto, o requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula nº 211/STJ: *"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo"*.

Quanto à alegação da cobrança de juros sobre juros, o Tribunal de origem afirmou que *"não ocorre a prática de anatocismo, pois os juros calculados observam a forma simples e inexistente incorporação de juros ao saldo devedor"* (fl. 843 e-STJ), assim, a modificação do julgado esbarra no óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça, que

veda o reexame de conteúdo fático-probatório delimitado pelas instâncias ordinárias.

Por fim, a jurisprudência desta Corte é no sentido de que não há abusividade na cobrança da taxa de administração, desde que prevista no contrato, como no caso dos autos.

A propósito:

*"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL. COBRANÇA DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E DE RISCO DE CRÉDITO. FINANCIAMENTOS CONTRAÍDOS JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. RECURSOS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO. CONSELHO CURADOR. ATRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA PREVISTA EM LEI. ABUSIVIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR E FUNDAMENTO EM LEI. 1. Ação ajuizada em 13/07/07. Recurso especial interposto em 08/05/15 e atribuído ao gabinete em 25/08/18.*

*2. Ação civil pública ajuizada sob o fundamento de existir abusividade na cobrança de taxa de administração e taxa de risco de crédito em todos os financiametos habitacionais, na qual se requer a suspensão da cobrança e a devolução aos mutuários dos valores indevidamente pagos.*

*3. O propósito recursal consiste em definir sobre a legalidade da cobrança de taxa de administração e taxa de risco de crédito do agente operador, nos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre mutuários e a Caixa Econômica Federal (CEF).*

*4. O FGTS é regido por normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, composto por representação de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais, na forma estabelecida pelo Poder Executivo. Já a gestão da aplicação do fundo é efetuada pelo Ministério da Ação Social, cabendo à CEF o papel de agente operador, nos termos do art. 4º, da Lei 8.036/90.*

*5. Por ordem de estrita legalidade foi atribuída a competência ao Conselho Curador do FGTS (CCFGTS) de estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal.*

*6. Além de acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados, compete ao Conselho Curador fixar as normas e valores de remuneração do agente operador e dos agentes financeiros (art. 5º, I, II, VIII, da Lei 8.036/90).*

*7. A previsão em contrato da taxa de administração e da taxa de risco de crédito encontra fundamento em lei e, uma vez informada ao consumidor, não há se falar em abusividade a ser reparada judicialmente.*

*8. Recurso especial conhecido e não provido" (REsp 1.568.368/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 13/12/2018 - grifou-se).*

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 18 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator